

Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado
(organizadores)

O tempo da Nova República

Da transição democrática à crise política de 2016

Quinta República (1985-2016)

Coleção O Brasil Republicano

Volume 5

1ª edição



Rio de Janeiro
2018

Copyright © Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, 2018

Capa: Ronaldo Alves

Foto de capa: André Coelho/Agência O Globo

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T28 O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016) / organização Jorge Ferreira, Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

504 p. (O Brasil Republicano; 5)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-200-1361-8

1. Democracia – Brasil – História. 2. Brasil – Política econômica – História. 3. Brasil – Política e governo, 1985-2016. I. Ferreira, Jorge. II. Delgado, Lucilia de Almeida Neves. III. Série.

18-51804 CDD: 981.066
CDU: 94(81).089

Vanessa Mafra Xavier Salgado – Bibliotecária – CRB-7/6644



Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Um selo da
EDITORA RECORD LTDA.
Rua Argentina 171, – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 –
Tel.: (21) 2585-2000.

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se no site www.record.com.br
e receba informações sobre nossos
lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002.

Impresso no Brasil
2018

Sumário

<i>Apresentação</i> <i>Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado</i>	7
1. O Brasil e o tempo presente <i>Profa. Dra. Angélica Müller (UFF) e Profa. Dra. Francine Iegelski (UFF)</i>	13
2. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática <i>Prof. Dr. Jorge Ferreira (UFF/UFJF)</i>	27
3. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro <i>Prof. Dr. Luiz Carlos Delorme Prado (IE-UFRJ) e Profa. Dra. Maria Antonieta P. Leopoldi (UFF)</i>	73
4. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos <i>Prof. Dr. Américo Freire (CPDOC-FGV) e Profa. Dra. Alessandra Carvalho (CAP/UFRJ)</i>	119
5. O governo e o <i>impeachment</i> de Fernando Collor de Mello <i>Prof. Dr. Brasílio Sallum Jr. (USP)</i>	163
6. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000 <i>Prof. Dr. José Ricardo Ramalho (UFRJ)</i>	193

4. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos

*Américo Freire**

*Alessandra Carvalho***

Os poderes Legislativo e Executivo, nos regimes parlamentaristas, são geralmente originários do mesmo ato político-eleitoral. A composição do governo, ou do gabinete ministerial, em razão disso, se dá em conformidade e *pari passu* a esse processo. Já quanto aos regimes presidencialistas, fundados sob a égide da separação dos poderes, cabe ao eleitor se pronunciar duas vezes, ora para escolher o chefe do Executivo, ora para eleger seus representantes nas casas legislativas. Para fins de melhor integrar os dois poderes, também por economia de recursos, os legisladores costumam aprovar regras que possibilitam as chamadas “eleições casadas”, ou seja, quando o eleitor é convocado uma única vez para escolher representantes dos dois poderes do governo. Essa tem sido a regra predominante no Brasil desde 1994, ou seja, nos últimos seis pleitos eleitorais. Na eleição de 1989, porém, a história foi outra. Foi realizada uma “eleição solteira” cuja função foi a de chamar o eleitor a escolher exclusivamente os novos presidente e vice-presidente da República. Além de “solteira”, foi também direta – o povo brasileiro, após 29 anos, havia finalmente recuperado seu direito de eleger o principal mandatário do país.

* Professor Associado do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas-RJ.

** Professora do CAP/UFRJ e do programa de pós-graduação em ensino de História da UFRJ.

A definição política pela realização de eleições diretas, no âmbito dos trabalhos constituintes, era algo mais do que esperado, haja vista os compromissos assumidos nesse sentido pelas forças políticas que lideraram a transição rumo à “Nova República”. Portanto, a aprovação da medida estava no *script* do regime civil que ora se estabelecia. O mesmo não se pode dizer do calendário eleitoral relativo às eleições presidenciais, até porque isso pressupunha lidar com a polêmica questão do mandato do presidente Sarney. Em tese, o constituinte estava diante da seguinte situação: ou seriam mantidos os seis anos de mandato estabelecidos nos tempos de exceção ou haveria um encurtamento para quatro ou cinco anos. José Sarney assumira em condições excepcionais, em razão da doença e do posterior falecimento de Tancredo Neves, e não reunia condições políticas para permanecer seis anos no poder, até porque era visto por várias forças políticas como um presidente interino cuja principal função seria a de promover uma rápida institucionalização do país e a consequente promoção de eleições diretas. Sarney insurgiu-se contra essa situação e passou a defender explicitamente um mandato presidencial de cinco anos, contando para isso com apoio de segmentos militares e de amplos grupos de centro-direita reunidos na Constituinte. Um arco de alianças de centro-esquerda, que contou inclusive com a presença de lideranças do principal partido governista, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), defendia um mandato de quatro anos. Ao fim e ao cabo, Sarney fez valer a influência presidencial e venceu a contenda. Por conta disso, a “eleição solteira” foi marcada para ser realizada em novembro de 1989.¹ Passada a cerimônia da promulgação da “Constituição cidadã”, a 5 de outubro de 1988 – na qual ficou imortalizada a imagem de Ulysses Guimarães a erguer o texto constitucional, ladeado pelo presidente Sarney, visivelmente compungido –, o tema da corrida presidencial entrou de vez na ordem do dia. Caberia ao Congresso Nacional fixar as regras do jogo, o que pressupunha enfrentar questões como:

- 1) Quais seriam as interdições e franquias aos partidos e candidatos?
- 2) Como seriam organizadas as coligações partidárias?
- 3) Como seria distribuído o precioso tempo de televisão?

Ao término do discurso de Ulysses Guimarães na referida cerimônia, o líder peemedebista, já de olho no Palácio do Planalto, bradou em alto e bom som o conhecido vaticínio: “A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja o nosso grito. Mudar para vencer. Muda, Brasil.” A principal questão, por ora, era saber quem – e que projeto político – iria melhor encarnar a mudança. O país entrava de cabeça no clima eleitoral, no “tempo da política” (Palmeira; Heredia, 1995; Kuschnir, 2007, pp. 33-38).

Dividimos este capítulo em quatro seções. Na primeira, tomamos como objeto o conjunto político-institucional que regulou o pleito presidencial de 1989. Nela, chamamos a atenção para o caráter original e liberalizante desse aparato político-legal. Nas seções seguintes, produzimos um perfil das candidaturas presidenciais e acompanhamos a dinâmica da campanha presidencial que teve como desfecho a vitória de Fernando Collor de Mello. Por fim, abrimos o foco de análise para verificar como diferentes atores políticos e sociais e segmentos da academia perceberam – e avaliaram – as relações entre os resultados das eleições presidenciais e a construção da jovem democracia brasileira.

A estrutura da competição

A democracia, nos ensina Adam Przeworski, é um sistema coletivo de deliberação ao mesmo tempo regulado e aberto. Segundo esse autor, cabe às forças políticas e sociais e às instituições, e não ao eleitor individual, ordenar e mediar os processos de deliberação. Isso significa que, na prática, “o papel do voto é o de, periodicamente, ratificar esses resultados ou confirmar o poder dos responsáveis por esses resultados”. E conclui:

Em todas as democracias modernas, o processo deliberativo e a supervisão cotidiana do governo são bem resguardados das massas. Na realidade, consultar diretamente os eleitores sobre questões específicas tende a ser considerado “plebiscitarismo”, uma expressão que tem conotações negativas. Por essa razão o voto – o governo da maioria – é apenas o árbitro final numa democracia (Przeworski, 1994, pp. 29-30).

Há, ainda assim, um componente de incerteza nesse processo. Para Przeworski, a democracia se configura como um sistema de resolução de conflitos “em que os resultados dependem do que os seus participantes fazem, mas nenhuma força tem condições de controlar sozinha os acontecimentos”. Segundo o autor, os atores sabem o que é provável e possível, mas não o que de fato vai acontecer.

Eles conhecem o significado da vitória ou da derrota para si mesmos, e conhecem suas probabilidades de ganhar ou perder, mas não sabem se vão ganhar ou perder. Pode-se dizer, portanto, que a democracia é um sistema de desfecho regulado e aberto (*ruled open-endedness*), em outras palavras, de incerteza organizada (Przeworski, pp. 28-29).

Quando tomamos como objeto de análise o desenrolar das eleições presidenciais de 1989 no Brasil, é possível verificar como essas proposições de Przeworski são dotadas de sentido. Naquela ocasião, os partidos políticos, independentemente da sua ordem de grandeza, não quiseram conversa: recusaram alianças ou coligações eleitorais e cada legenda lançou seu próprio candidato – no total foram 22 candidaturas. Dado o alto grau de incerteza quanto ao desfecho das eleições, todos acreditavam que seriam capazes de surpreender. Registram Fernando Limongi e Fernando Guarnieri (2014, p. 8):

Por que não concorrer? Por que se aliar com outro partido? O fato é que não havia bases para formar expectativas sólidas sobre o comportamento do eleitorado nacional. Na dúvida, melhor marcar presença, mostrar ou testar sua força.

Vejamos em detalhes o porquê dessa situação.

Três variáveis podem ser mobilizadas para lidarmos com esse fenômeno. A enorme impopularidade de Sarney e do seu governo é uma delas. Em razão disso, o então presidente da República tornou-se figura apagada naquele pleito, uma vez que não reuniu condições para construir uma candidatura oficial que representasse seu governo e defendesse seu legado. Outra variável, diretamente articulada à primeira, foi o enorme desgaste sofrido pelos partidos que compuseram a base política governista, em especial o PMDB

e o Partido da Frente Liberal (PFL) – até então as duas maiores agremiações do país. Nas eleições municipais de 1988, como já se previa, eles pagaram um preço alto por serem vistos pelo eleitorado como avalistas do governo Sarney. O PMDB, por exemplo, teve forte redução da sua presença nos principais centros urbanos brasileiros. Em 1986, o partido governava 75 das 100 maiores cidades brasileiras. Depois do pleito municipal, passou a controlar somente 20 dessas cidades. Portanto, estava claro que havia espaço a ser ocupado por outras legendas (Fleischer, 2007, p. 315).

A variável institucional é igualmente importante para examinarmos o alto grau de dispersão política daqueles tempos. Desde 1985, a partir do advento da “Nova República”, abriu-se um ciclo favorável à legalização e à formação de novas legendas partidárias.² O mesmo se deu durante e logo após os debates constituintes.³ Esse movimento tanto dizia respeito ao processo de descompressão política no país, após um longo período marcado por fortes restrições ao livre funcionamento do sistema político, como da crença de que os partidos seriam instrumentos fundamentais para a construção da democracia brasileira em novas bases. Exatamente por isso, o constituinte dedicou um capítulo específico aos partidos no texto constitucional, no qual, no artigo 17, está consignado o seguinte:

É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I – caráter nacional; II – proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; III – prestação de contas à Justiça Eleitoral; IV – funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Assegurou também autonomia às agremiações políticas para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.

A aprovação do dispositivo constitucional que determinou a realização das eleições em dois turnos – para presidente da República, governadores e prefeitos com cidades com mais de 200 mil eleitores – serviu de senha para os partidos políticos acionarem estratégias distintas nos dois momentos eleitorais. No primeiro, a hora era de fixar a imagem da legenda e

participar da disputa. No segundo, prevaleceria a lógica da formação de alianças e de coligações eleitorais. Outra novidade importante foi o registro em chapa para a Presidência e a Vice-presidência da República, rompendo com tradição oriunda ainda da Primeira República, que definira eleições em separado para os dois cargos. Quanto ao sistema eleitoral, decidiu-se pela manutenção do sistema majoritário para os chefes do Executivo e para os senadores e proporcional para a composição das casas legislativas.

O presidente Sarney, em 8 de junho de 1989, promulgou a Lei nº 7.773/89 que definiu as regras para a “eleição solteira” daquele ano.⁴ O vetor liberalização, uma vez mais, esteve presente. Vejamos dois exemplos nesse sentido. No texto original da lei, aprovada pelo Poder Legislativo, estabeleceu-se que somente os partidos com registro definitivo ou com registro provisório e representação no Congresso estariam aptos a participar da disputa eleitoral. Essa regra restritiva foi vetada pelo Poder Executivo com base em um conjunto de argumentos de natureza político-legal, entre os quais o seguinte:

A desigualdade imposta pela norma em comento suprime dos partidos políticos com registro provisório, mas sem representação eleita ao Congresso Nacional, o inquestionável direito de serem veiculadores de candidaturas presidenciais. Em uma palavra, a norma referida inviabiliza um dos fins primários para os quais os partidos políticos foram criados: a conquista do poder.

Portanto, todos os partidos políticos, devidamente registrados na Justiça Eleitoral, estariam aptos para a disputa.⁵

Também foi apostado veto ao artigo da referida lei que determinava um prazo limite (15 de maio de 1989) para o candidato estar filiado a um partido político. A medida foi vetada sob o argumento de que tal resolução deveria estar lastreada em lei complementar, a qual exige maioria absoluta, o que não havia se verificado. O Poder Executivo, ao derrubar esse prazo, franqueou aos partidos políticos a possibilidade de trocar seus candidatos a qualquer momento.⁶ Essa franquia também dava margem de manobra ao próprio Poder Executivo de trabalhar no sentido de produzir um candidato às vésperas da realização do pleito.

Em suma: estava montado um aparato político-institucional que assegurou ampla liberdade de ação aos atores políticos. Estava prevista uma “eleição solteira” que se desenrolaria sob uma legislação bastante flexível no que dizia respeito à criação de partidos e registro de candidatos. Era, também, um momento ansiosamente esperado no longo processo de transição do regime autoritário brasileiro, que reunia grandes expectativas por parte de eleitores e das forças políticas. Para essas, não se tratava somente de ocasião para defender publicamente seus projetos para o Brasil, mas sobretudo para conquistar um espaço de poder estratégico que havia sido retirado da disputa político-partidária em 1964.

As candidaturas

Foram registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 22 chapas, formadas por um candidato a presidente e um a vice-presidente, através de 29 siglas; quatro chapas se organizaram através de coligações partidárias. Pela primeira vez, uma mulher concorreu à Presidência da República: a advogada e bancária mineira Lívia Maria Lêdo Pio de Abreu, pelo Partido Nacionalista (PN). Ao seu lado, 21 homens com histórias, experiências e ideias distintas, encarnando diferentes gerações e forças ideológicas do mundo político brasileiro.

Os candidatos tinham entre 40 e 73 anos de idade quando disputaram a eleição de 1989. O mais velho era o então deputado federal Ulysses Guimarães, do PMDB, nascido no interior do estado de São Paulo no ano de 1916. Os mais jovens, o carioca Fernando Collor de Mello, do PRN, a já citada Lívia Maria de Abreu (PN) e o goiano Ronaldo Caiado, do Partido Social Democrático (PSD), nasceram em 1949. Entre eles, quatro indivíduos nasceram na década de 1920, três nos anos 1930 e, por fim, cinco nascidos na década de 1940.⁷

Em termos de experiência política e de trajetória partidária, os candidatos de 1989 se mostraram um grupo bastante heterogêneo. Em primeiro lugar, cabe destacar um elemento inédito. Em 1989, muitos indivíduos que participaram da corrida presidencial tinham pouca atividade política prévia ou iniciaram suas carreiras nesse momento, atuando em legendas criadas,

principalmente, a partir de 1985. Eles integraram o grupo que foi chamado pelo cientista político Jairo Nicolau de “candidatos anônimos”, cuja ascensão foi possibilitada pela legislação partidária, que facilitou o surgimento de novas siglas num contexto de grande mobilização política. Aliado à garantia de um tempo mínimo de exposição na mídia, os partidos recém-criados viram, ali, a oportunidade para apresentar candidaturas próprias (Nicolau, 1996). Esse foi o caso de 10 das 22 candidaturas, listadas a seguir:

- Ronaldo Caiado, do Partido Social Democrático (PSD);
- Enéas Carneiro, do Partido da Reconstrução Nacional (Prona);
- José Alcides (Marronzinho) de Oliveira, do Partido Social Progressista (PSP);
- Paulo Gontijo, do Partido do Povo (PP);
- Livia Maria de Abreu, do Partido Nacionalista (PN);
- Eudes de Oliveira Mattar, do Partido Liberal Progressista (PLP);
- Fernando Gabeira, do Partido Verde (PV);
- Antônio dos Santos Pedreira, do Partido do Povo Brasileiro (PPB);
- Manoel de Oliveira Horta, do Partido Democrata Cristão do Brasil (PDCdoB);
- Armando Correa da Silva, do Partido Municipalista Brasileiro (PMB).

Por conta da breve experiência político-partidária e dos poucos recursos de que a maioria dispunha, esses candidatos tiveram menor destaque em 1989 e vários não conseguiram desenvolver uma carreira política nos anos posteriores, acumulando sucessivos fracassos eleitorais. Nesse sentido, suas ideias e propostas foram veiculadas, principalmente, no horário de propaganda eleitoral gratuita (HPEG) e nos debates realizados por emissoras de rádio e TV, ainda que, também nesses espaços, a presença de vários concorrentes tenha acabado por limitar a exposição de muitos deles. Apesar disso, esses candidatos buscaram dialogar diretamente com uma série de temas que faziam parte do cenário brasileiro em fins da década de 1980, tais como a crise econômica, que ocupou grande destaque em suas aparições no HPEG, as questões relacionadas à seca no Nordeste ou os problemas que afligiam os trabalhadores. Livia Maria de Abreu não desenvolveu uma atuação voltada para demandas ligadas à pauta das mulheres, apresentando-se

ora como mais uma cidadã brasileira, ora culpabilizando os homens pelos problemas do país e afirmando, sem maiores explicações, que um governo de mulheres seria diferente.

Desse grupo de anônimos, apenas Enéas Carneiro, Ronaldo Caiado e Fernando Gabeira conseguiram dar continuidade a suas trajetórias políticas após 1989, o que pode se relacionar com a capacidade de demarcar um discurso político específico e bases eleitorais próprias. No contexto de 1989, Enéas se tornou conhecido nacionalmente pela retórica inflamada e pela defesa da ideia de ordem, construindo uma personalidade política singular que lhe permitiu concorrer novamente à Presidência da República em 1994 e 1998. Já o jornalista Fernando Gabeira voltou-se para a discussão de temas ligados à ecologia, cultura jovem e minorias, que passaram a se destacar a partir dos anos 1980. Concorreu a cargos eletivos do Poder Executivo e Legislativo, elegendo-se deputado federal pelo PV e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para três legislaturas entre 1998 e 2010. Por fim, Ronaldo Caiado começou a ganhar notoriedade em 1987, durante as discussões sobre a reforma agrária na Assembleia Constituinte. Colocando-se como criador e líder da União Democrática Ruralista (UDR), associação de proprietários rurais, contrapôs-se à ação dos movimentos de trabalhadores rurais e às forças de esquerda na Constituinte, organizando importantes mobilizações nacionais de fazendeiros. Nas décadas seguintes, construiu uma sólida carreira política no Partido da Frente Liberal (PFL) e Democratas (antigo PFL), ambos de direita, como importante liderança do agronegócio e dos proprietários rurais e sendo eleito ininterruptamente, a partir de 1990, para a Câmara dos Deputados e Senado Federal.⁸

Para além de sua capacidade de se relacionar com grupos e interesses sociais específicos, Gabeira e Caiado contaram com recursos de outras ordens que puderam ser revertidos em capital político. No caso de Fernando Gabeira, a notoriedade alcançada como escritor e jornalista de importantes meios de comunicação no Rio de Janeiro lhe garantiu um espaço permanente para a defesa pública de suas ideias e a construção de uma imagem pessoal. Em relação a Ronaldo Caiado, além da representação dos interesses de um setor extremamente poderoso em termos políticos e econômicos, foi possível contar ainda com a tradição política de sua família no estado de Goiás, que remontava ao período da Primeira República. Nesse sentido, distinguindo-

-se de outros “candidatos anônimos”, as eleições de 1989 abriram a eles possibilidades de iniciar suas carreiras políticas dialogando com questões e interesses surgidos no país naquele momento e os aproximou de partidos mais importantes e fortes, como o PT e o PFL.

Se vários candidatos e partidos eram pouco ou nada conhecidos em 1989 e desapareceram logo após as eleições presidenciais, quando tiveram votações muito pequenas, o mesmo não se pode dizer de um segundo grupo de indivíduos cujas trajetórias se entrelaçam com a história política brasileira, atravessando a experiência democrática iniciada em 1946, o regime ditatorial instalado em 1964 e a redemocratização nos anos 1980. Assim, se para alguns 1989 foi o ponto de partida, para outros foi o ponto de chegada de carreiras longevas construídas em distintos contextos políticos e sistemas partidários. Nesse grupo se encontravam nomes como o do gaúcho Leonel Brizola, cuja atuação política se iniciou na década de 1940 no então Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após uma carreira ascendente como deputado estadual e federal e governador do estado do Rio Grande do Sul, Brizola despontava no início dos anos 1960 como um dos mais importantes líderes do trabalhismo. Cassado pelo governo ditatorial, amargou 15 anos de exílio até retornar ao Brasil em 1979 e retomar seu capital político e sua trajetória vitoriosa, sendo eleito governador do estado do Rio de Janeiro em 1982, já pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1989, era candidato à presidência pelo PDT e portador da herança e das fidelidades trabalhistas elaboradas ao longo de quatro décadas, o que lhe garantiu uma posição de força na disputa presidencial.

Nesse mesmo grupo, apresentava-se a figura do já citado Ulysses Guimarães, do PMDB, partido que, apesar dos reveses nas eleições municipais em 1988, governava 22 dos então 23 estados brasileiros e possuía a maior bancada na Câmara dos Deputados no momento das eleições presidenciais. Ulysses compartilhava com Brizola o início da trajetória política nos anos 1940, mas, no seu caso, pertencendo ao Partido Social Democrático (PSD). Sua primeira vitória eleitoral foi em 1947, quando conquistou uma cadeira de deputado estadual. A partir de 1950, foi eleito dez vezes para a Câmara dos Deputados pelo PSD, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e seu sucessor, PMDB. Quando concorreu à Presidência da República, em 1989, estava fazendo 39 anos no Congresso Nacional, ocupando uma posição de

liderança desde a década de 1970 e tendo presidido a Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988, encarnando as bandeiras que o MDB havia levantado desde meados dos anos 1970 na luta contra o regime ditatorial – a democracia liberal e uma noção difusa de justiça social, ligada à defesa dos trabalhadores. Ainda assim, Ulysses não ultrapassou os 4,5% dos votos na disputa presidencial, ficando na sétima posição.

Outros candidatos de 1989, como Aureliano Chaves, do PFL, Celso Brant, do Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Afonso Camargo Neto, do PTB, iniciaram seu envolvimento com política partidária durante a década de 1950. O primeiro, na União Democrática Nacional (UDN), seguindo sua trajetória em legendas de direita – Aliança Renovadora Nacional (Arena); seu sucessor, Partido Democrático Social (PDS); e seu dissidente, PFL. Afonso Camargo Neto teve como primeira filiação o Partido Democrata Cristão (PDC), integrou o MDB e a Arena durante o bipartidarismo, rumando para o PMDB e o PTB, nos anos 1980. Celso Brant seguiu um caminho distinto. Iniciou suas atividades no Partido Republicano (PR), elegendando-se deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Membro da Frente Parlamentar Nacionalista entre 1959 e 1963, defendeu as reformas de base e apoiou as ações dos movimentos sociais no início dos anos 1960, o que lhe custou a cassação dos direitos políticos pelo governo ditatorial. Com o fim do sistema bipartidário, em 1979, Brant retomou as atividades políticas, filiando-se inicialmente ao PTB e, em 1985, criando seu partido, o PMN.

No caso de Aureliano, sua permanência após 1964 no partido que apoiou o regime ditatorial lhe garantiu espaços de fortalecimento político, tendo sido governador de Minas Gerais em 1974 e vice-presidente da República, entre 1979 e 1985. O pertencimento a partidos de situação – Arena e PMDB – também beneficiou Afonso Camargo Neto, que, nos trinta anos de atividades políticas antes de 1989, ocupou cargos no Poder Legislativo e foi nomeado para importantes órgãos do Poder Executivo. Apesar da trajetória bem-sucedida desde os anos 1960, Aureliano Chaves e Afonso Camargo Neto tiveram um desempenho sofrível na tentativa de chegar à Presidência em 1989, obtendo somente 0,8% e 0,6% dos votos, respectivamente.

Por fim, dois candidatos inauguraram suas carreiras políticas no início dos anos 1960, antes do golpe civil-militar de 1964: Zamir José Teixeira,

do Partido Comunitário Nacional (PCN), que desenvolveu uma atuação regional, e Mário Covas, do PSDB. Covas elegeu-se deputado federal pela primeira vez, em 1962, pelo Partido Social Trabalhista (PST), tendo seguido para o MDB a partir de 1965. Como um dos líderes desse partido, foi casado pelo Ato Institucional nº 5, em 1968, retomando nos anos 1980 uma carreira de êxitos eleitorais no PMDB e, posteriormente, PSDB. Foi eleito deputado federal e senador na década de 1980 com grandes votações no estado de São Paulo, o que o habilitou a ser candidato à Presidência pelo PSDB em 1989.

É importante, então, sublinhar que o processo eleitoral de 1989 reuniu correntes políticas e ideológicas que se enfrentaram ao longo de mais de quatro décadas. Colocou novamente, frente a frente, antigos udenistas e trabalhistas, reunidos, sobretudo, no PFL e no PDT; políticos que apoiaram a ditadura diante de cassados e exilados, que rearticularam suas trajetórias pessoais e tradições partidárias e ideológicas em um novo contexto. Por isso, o Brasil democrático de 1989, ainda que parecesse radicalmente diferente daquele existente após o Estado Novo, dialogava intensamente com a experiência da democracia liberal estabelecida a partir de 1946 nas suas lideranças e projetos. Todavia, desse grupo, apenas Leonel Brizola e Mário Covas, ambos políticos afastados pela ditadura militar, terminaram a disputa presidencial com algum êxito, alcançando, respectivamente, 15,5% e 10,8% dos votos.

Cabe, por último, analisar um terceiro grupo de candidatos em 1989, do qual saíram os dois nomes que disputaram o segundo turno. Não eram anônimos, tampouco políticos tradicionais, com longas trajetórias; sua atuação pública e filiação partidária se iniciaram durante o período do regime ditatorial, sobretudo a partir da década de 1970, através de diferentes percursos.

Três deles tiveram sua ascensão marcada pela proximidade com o regime autoritário. Paulo Maluf e Guilherme Afif Domingos, ambos do estado de São Paulo, vieram do setor empresarial para a política. Maluf foi nomeado para a presidência da Caixa Econômica Federal pelo general Costa e Silva, em 1967, e, em seguida, para prefeito da cidade de São Paulo. A partir daí, filiado à Arena, foi secretário estadual e governador do estado nos anos 1970, tornando-se importante liderança do partido – em 1985, foi candida-

to pelo PDS à sucessão do último general-presidente. Durante o governo de Maluf, Afif ocupou, por nomeação, seus primeiros cargos na administração estadual paulista, conjugando a atuação em associações de empresários com cargos públicos e a política. Filiou-se ao PDS em 1981 e, em 1986, articulou a criação do Partido Liberal (PL), pelo qual elegeu-se deputado federal e concorreu à Presidência três anos mais tarde. Fernando Collor de Mello foi o terceiro candidato cuja trajetória se iniciou através da ação do governo autoritário. Economista de formação, Fernando Collor foi visto em 1989 como um novato ou *outsider*, mas é relevante sublinhar seu pertencimento a uma família com tradições políticas e dona de importantes empresas de comunicação no estado de Alagoas. Em 1979, filiado à Arena, foi nomeado prefeito da cidade de Maceió. Nos anos 1980, rumou para o PDS, pelo qual foi deputado federal, para o PMDB, sendo eleito governador de Alagoas em 1986, e, enfim, para o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), legenda que abrigou sua candidatura à Presidência, em 1989. Na campanha presidencial, Maluf, Afif e Collor mantiveram relações estreitas com os empresários, disputando diretamente a preferência e o apoio desse setor a partir de projetos de reformas econômicas e do Estado baseados nas ideias liberais.

Trajatória distinta foi trilhada por Roberto Freire e Luiz Inácio Lula da Silva. Militante do clandestino PCB, Freire se filiou ao MDB, pelo qual se elegeu deputado estadual, em 1974, e deputado federal, quatro anos depois. Seguiu para o PMDB após o fim do bipartidarismo e tornou-se uma importante liderança do PCB, após a legalização da legenda no governo Sarney. Como político de oposição à ditadura, construiu sua trajetória em cargos legislativos, ainda abertos ao voto direto, beneficiando-se do fortalecimento eleitoral do MDB ao longo dos anos 1970. Na década de 1980, Roberto Freire permaneceu na Câmara dos Deputados. Luiz Inácio Lula da Silva iniciou sua trajetória político-partidária no PT, partido criado em 1980. Nesse momento, já alcançara projeção nacional como principal líder sindical do país, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, e como um dos principais articuladores das greves ocorridas na região do ABC Paulista a partir de 1978. Nos anos 1980, Lula concorreu a seus primeiros cargos eletivos, tendo conquistado uma vaga de deputado federal constituinte, em 1986, e despontado como candidato incontestado do PT à Presidência da República.

As trajetórias inauguradas sob a ditadura militar são exemplares acerca das dinâmicas que se desenvolveram sob a ordem institucional autoritária, assim como das formas de seleção das elites políticas. Por um lado, a possibilidade de nomeação de prefeitos por parte das autoridades de regime, sem o rito eleitoral, possibilitou a ascensão de indivíduos sem experiência eleitoral, como empresários, que desenvolveram ambições políticas e, nos anos 1980, mantiveram-se à frente de partidos liberais ou conservadores. Ao mesmo tempo, a continuidade das atividades político-partidárias durante o período ditatorial e a distensão implementada a partir do governo do general Geisel, em 1974, abriu espaço para a atuação da oposição e o recrudescimento dos movimentos sociais; os dois setores, inclusive, atuaram lado a lado em diversos momentos – como no caso das greves de trabalhadores e na campanha das Diretas Já, reforçando-se mutuamente.

Assim, as eleições de 1989 colocaram na arena candidatos a presidente que carregavam em suas trajetórias distintas camadas da história republicana pós-1945, retomando questões presentes desde então nas disputas políticas nacionais. De antigos udenistas a novas lideranças como Afif Domingos e Fernando Collor, que se reapropriavam do liberalismo econômico na elaboração de seus projetos de reforma; do trabalhismo histórico de Leonel Brizola, mantido por parte dos militantes de oposição ao regime militar, à criação de um partido social-democrata e à novidade que surgia no sindicalismo com Lula e o PT, que se propunham, então, a renovar a pauta da esquerda brasileira e as relações entre Estado e sociedade.

A campanha eleitoral

Essa diversidade de projetos e visões de futuro esteve presente ao longo da campanha eleitoral, em meio a um contexto político e social que apresentou especificidades importantes para a compreensão de seu encaminhamento. A primeira delas se referiu à dimensão e às características do eleitorado brasileiro. Em 1989, os eleitores atingiram a cifra de 82 milhões de pessoas, que correspondiam a 90% da população adulta do país; comparados aos cerca de 15 milhões que possuíam o direito de voto em 1960, data da última eleição presidencial, os números de 1989 expressavam de maneira

inequívoca o processo de inclusão na participação política. Esses eleitores, majoritariamente, viviam nos centros urbanos, eram jovens e de baixa renda. Suas primeiras experiências com votos e partidos se deram, sobretudo, sob o sistema bipartidário existente entre 1965 e 1979; ou seja, nunca tinham ido às urnas escolher presidente. De acordo com pesquisas realizadas à época, poucos se identificavam com os partidos existentes em 1989, o que pode ser resultado das profundas mudanças que alteraram continuamente o sistema partidário nos dez anos anteriores ao pleito (Avelar, 1992).

Um segundo aspecto desse contexto remetia à crise econômica e política experimentada pela sociedade brasileira em fins da década de 1980. A inflação alcançava altos patamares, mesmo após três planos econômicos implementados pelo governo Sarney, que sofreu enorme desgaste. Ao mesmo tempo, denúncias constantes de corrupção praticada por membros do governo somadas às críticas à ineficiência dos serviços públicos estatais resultaram em grande insatisfação social e acentuaram uma visão negativa acerca da ação dos políticos, dos partidos e das próprias instituições representativas (Moisés, 1990; Carvalho, 1998). Portanto, no cerne dos projetos e das campanhas dos candidatos em 1989 deveriam estar propostas de solução para a crise econômica e de reformas do Estado que o capacitassem a atender as demandas da população.

Por fim, conectando de maneira fundamental os dois aspectos acima descritos, estava a centralidade da mídia e, principalmente, da televisão no desenrolar da campanha eleitoral. Alcançando, pela primeira vez em uma disputa presidencial, amplas partes do território brasileiro – cerca de 94% das residências possuíam TV –, as emissoras de rádio e televisão se transformaram em um espaço fundamental de informação e formação políticas. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), entidade privada especializada em pesquisas de opinião, mostrou que parte relevante dos eleitores em 1989 indicava como suas principais fontes de informação sobre a política as conversas com os familiares, os programas de televisão e o HPEG (Avelar, 1992).

Em 1989, havia no Brasil cinco grandes redes nacionais de TV – Rede Globo, cuja audiência quase monopolística girava em torno de 60% a 80%, Rede Bandeirantes, TVE, Rede Manchete e SBT. Todas se engajaram intensamente nas eleições, dedicando um tempo considerável de seus programas

jornalísticos à disputa presidencial. Também promoveram seguidos debates com os candidatos, dos quais participaram os dez mais bem colocados nas pesquisas de opinião – com exceção de Fernando Collor, que não aceitou participar. No segundo turno, Globo, Bandeirantes, Manchete e SBT se uniram para organizar dois debates, nos dias 3 e 14 de dezembro, com a presença de Fernando Collor e Lula.

Essa centralidade da TV e do rádio na campanha eleitoral impôs novas exigências para os candidatos e os partidos. O Brasil tornara-se uma das “maiores democracias midiáticas do mundo” (Lattman-Weltman, 2003), o que significava que as chances de sucesso eleitoral de um político ligavam-se à sua capacidade de se adaptar e se destacar na linguagem midiática. Nesse novo cenário, alguns políticos tradicionais, como Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, foram ultrapassados por indivíduos mais jovens e com menos recursos partidários, porém com maior habilidade diante das câmeras. Por outro lado, era indispensável contratar equipes especializadas na produção de programas audiovisuais que fossem capazes de fazer o candidato “falar” aos milhões de eleitores urbanos, jovens e pobres profundamente insatisfeitos com o cenário econômico e político brasileiro.

Os primeiros meses de 1989 foram o tempo das lutas para a definição dos candidatos, por conta da data limite de 15 de junho para desincompatibilização de governadores e outros ocupantes de cargos públicos que pretendessem concorrer à Presidência. Até fins desse mês, as chapas foram sendo conhecidas e registradas junto ao TSE após a realização das convenções partidárias. Em algumas legendas, a escolha transcorreu sem maiores dissensões internas. Foi o caso de importantes candidatos dos partidos de esquerda e de centro como Lula, Leonel Brizola e Mário Covas, que surgiam como as principais lideranças de seus partidos e amparados por relevantes bases eleitorais. Fernando Collor, na busca por uma legenda que abrigasse seu projeto de disputar a Presidência, deixou o PMDB, partido no qual dificilmente conseguiria impor seu nome, filiando-se no início de 1989 ao pequeno PJ, rebatizado de Partido da Reconstrução Nacional. Collor possuía menos recursos partidários à sua disposição no começo da campanha, mas já colocara em curso, desde anos anteriores, uma estratégia política e midiática para tornar seu nome conhecido nacionalmente (Nêumane, 1989).

Em outros partidos, como no caso do PMDB e PFL, sucessores do MDB e da Arena e suportes do governo Sarney, as disputas internas foram mais intensas. A despeito da força de Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, outras lideranças contestaram esse favoritismo e concorreram à indicação nas convenções partidárias. Nesse sentido, embora tenham tido seus nomes confirmados, Ulysses e Aureliano iniciaram a disputa à frente de partidos com grande estrutura e experiência eleitoral, mas internamente fragmentados e desgastados por conta dos problemas do governo Sarney; caso semelhante ocorreu com Paulo Maluf, no PDS. O resultado desse processo de divergências internas foi que, desde meados do ano, importantes líderes regionais viram com desconfiança os candidatos de seus partidos e buscaram se aproximar de nomes mais fortes na disputa – o que beneficiou, sobretudo, Fernando Collor, bem colocado nas pesquisas de intenção de voto e ideologicamente próximo do PFL, PDS e setores do PMDB.

A partir do mês de julho, com as chapas definidas e registradas no TSE, os candidatos e suas assessorias intensificaram suas estratégias junto aos eleitores. Um importante espaço eleitoral nesse período foi o HPEG, veiculado duas vezes por dia entre 15 de setembro e 12 de novembro nas emissoras de rádio e TV – uma hora pela manhã e uma hora à noite. Nele, os partidos investiram pesadamente na tentativa de criar ou aprofundar nos espectadores determinadas imagens sobre os candidatos através de diferentes recursos como *jingles*, bordões, programação visual... Com esse fim, foi necessário obter muitos recursos econômicos para arcar com despesas cada vez maiores de produção dos programas do HPEG e recorrer aos principais publicitários do país, cuja avaliação teve grande peso na definição das estratégias de ação política e das atitudes dos candidatos.⁹

Antes mesmo da definição completa das chapas, os candidatos que representavam diferentes forças de esquerda se destacaram nas pesquisas de opinião. No início de 1989, era Brizola quem despontava como favorito, com 19% das intenções de voto, ocupando o lugar de herdeiro das lutas populares e nacionalistas interrompidas pelo golpe de 1964. Para além, durante seu mandato como governador do estado do Rio de Janeiro, entre 1983 e 1987, o pedetista havia implementado políticas voltadas para segmentos específicos da população como os negros, as mulheres e os “favelados”, que passaram a ocupar um espaço importante no seu discurso. A bandeira

trabalhista, assim, se reatualizava, incorporando novas pautas dos grupos de esquerda (Sento-Sé, 1999).

A liderança de Brizola como representante da esquerda e das forças populares começou a ser ameaçada com o crescimento das intenções de voto em Lula, registrado nas pesquisas de opinião a partir do mês de março. Sua campanha, portanto, teve que elaborar uma estratégia para lidar com um concorrente que mostrava fôlego. Isso foi feito através da iniciativa de mostrar Brizola como um político mais moderado e confiável, distante do líder pré-1964 que apostava na radicalização. Ao mesmo tempo, o pedetista buscou enfatizar a falta de experiência administrativa de Lula, até então eleito apenas para deputado federal, como um ponto fraco e fez acusações de corrupção contra o vice do candidato petista, José Paulo Bisol.

O crescimento da força eleitoral de Lula adquiriu um caráter de imprevisibilidade para Brizola e para o próprio PT. Segundo Reis, o planejamento feito pelo partido em 1989 tinha como objetivo dar continuidade ao fortalecimento verificado nas eleições municipais do ano anterior, quando foram conquistadas mais de trinta prefeituras, incluindo Porto Alegre, Vitória e São Paulo. Os esforços seriam direcionados, então, para divulgar o programa do PT e para tornar mais conhecidas suas lideranças em todo o país, sem considerar efetivas as chances de disputar a Presidência (Reis, 2007).

Nessa tarefa, o discurso petista em 1989 começou a delinear aquelas que seriam marcas do partido por muito tempo: a crítica ao funcionamento do Estado, marcado por práticas de corrupção e favorecimento dos interesses privados, sem, no entanto, negar sua importância como regulador das relações sociais, e a proposta de uma nova ética na política. Esses lemas embasavam a oposição que o PT fazia à “Nova República” e, conseqüentemente, ao governo Sarney, acusando a primazia das forças conservadoras no comando do Estado como obstáculo que impedia o avanço das conquistas dos setores populares no processo de redemocratização (Almeida, 2011). As críticas do PT também se voltavam para o trabalhismo, no qual Brizola se situava, visto como uma herança atrasada da Era Vargas a ser superada. Assim, diferenciando-se à esquerda e à direita, o partido se afirmava como um novo projeto de futuro, comprometido com reformas que impedissem a

prevalência dos interesses privados na esfera estatal, que deveria ser regida por uma nova ética, e com as demandas dos trabalhadores.

A campanha de Lula investiu especialmente em duas ações: a organização de mobilizações populares e a atuação nos meios de comunicação. Entre maio e setembro, as intenções de voto em Lula oscilaram, mas voltaram a crescer no mês de outubro, colocando a possibilidade real de o candidato conquistar uma vaga no segundo turno. Essa evolução foi debitada a diferentes fatores, tais como o engajamento dos militantes do partido na campanha e a habilidade de Lula nos meios de comunicação, construindo a imagem de homem de oposição ao governo Sarney que defendia uma ruptura com a política tradicional (Reis, 2007; Singer, 2000). O candidato petista mostrava ali, em 1989, uma habilidade fundamental para quem quisesse ser um político profissional bem-sucedido: uma boa performance midiática.

Os programas exibidos no HPEG também foram cuidadosamente planejados e produzidos. Segundo o publicitário Paulo de Tarso, veterano de outras eleições e à frente da campanha do PT, no primeiro turno os programas adotaram uma linguagem mais direta e incisiva com o objetivo de firmar uma posição de esquerda para o partido e a imagem de Lula como oposição e liderança popular.¹⁰ Criou-se, então, a Rede Povo, com programação visual e sonora semelhante à da Rede Globo e de fácil identificação pelos espectadores, que pretendia mostrar “a vida real” do povo. Mimetizando explicitamente peças publicitárias e programas conhecidos da população, a propaganda petista enfatizava temas como a miséria e a exploração dos trabalhadores e mostrava constantemente imagens de Lula nas manifestações públicas, em meio ao povo. Em comparação com os programas de Brizola e do PDT, seu concorrente direto, Lula e PT deram maior atenção ao marketing político e souberam fazer um bom uso deles.

A disputa entre os dois principais representantes da esquerda se manteve intensa ao longo de todo o ano. Em 15 de novembro, pesquisa do Instituto Datafolha indicava que Lula tinha 15% das intenções de voto e Brizola, 14%. Ao final, o petista seguiu adiante com 16,1% dos votos, contra 15,5% dados a Brizola – uma diferença inferior a 500 mil votos que, segundo Motta, decorreu das dificuldades do candidato pedetista em ir além de

suas tradicionais bases eleitorais, nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e se fortalecer em diferentes regiões do país (Motta, 2008). Mas, ainda que pertencentes a gerações e correntes políticas diferentes, os dois candidatos apresentavam pontos de conexão na crítica aos padrões de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, na ênfase na importância do Estado, no nacionalismo econômico e na força eleitoral entre setores de trabalhadores. Isso possibilitou que, após a conquista de Lula, eles estivessem juntos no segundo turno.

Numa distância segura de Brizola e Lula, mas também dos candidatos liberais e conservadores, a trajetória do paulista Mário Covas nas eleições presidenciais de 1989 não alterou de maneira expressiva os rumos da disputa. Eleito senador em 1986 pelo PMDB com mais de 7 milhões de votos, Covas foi uma das lideranças que fundou o PSDB em 1988, ao lado de políticos de centro, mas, ao longo da campanha, enfrentou enormes dificuldades para demarcar um espaço próprio para seu projeto e seu novo partido no cenário eleitoral. Algumas iniciativas foram tentadas, nesse sentido. Uma delas foi o discurso feito no Senado em 28 de junho, momento em que as candidaturas se tornavam oficiais, no qual Covas tratou diretamente de questões relacionadas às reformas do Estado, ao desenvolvimento econômico e ao que chamou de justiça social.

Afirmando a necessidade de mudanças para garantir o crescimento econômico, o candidato tucano – símbolo escolhido pelo novo partido – defendeu a flexibilização da ideia nacionalista, acenando com maior abertura da economia brasileira de forma a inseri-la num sistema internacional marcado pela aceleração das transformações tecnológicas. Nesse caminho, o Estado deveria reduzir sua ação intervencionista, privatizando empresas e garantindo a livre iniciativa – nas palavras de Covas, produzindo um “choque de capitalismo” no Brasil. A reforma do Estado seguia no campo político com a proposta de adoção do parlamentarismo, defendido como o único sistema capaz de garantir governabilidade e legitimidade aos próximos presidentes. A parte final do discurso foi dedicada à ênfase na importância dos investimentos nas áreas sociais, mas dela pouco se falou nos dias seguintes, uma vez que as deficiências dos serviços públicos de educação e saúde, por exemplo, eram um tópico unânime entre os candidatos.

Esse pronunciamento foi entendido como uma tentativa de aproximação e diálogo com os setores empresariais próximos ao liberalismo para fortalecer eleitoralmente o nome de Covas, ao mesmo tempo que mantinha-se a ênfase na ideia de justiça social e na trajetória política do candidato de apoio às demandas dos trabalhadores. Todavia, a estratégia não produziu o efeito desejado e, ao longo da campanha, Covas só alcançou índices maiores de intenção de votos nas semanas finais, terminando a disputa em quarto lugar, com 10,8%. Assim como ocorreu com Brizola, Mário Covas apresentou um eleitorado concentrado, recebendo cerca de metade de seus votos no estado de São Paulo e demonstrando, uma vez mais, que o êxito nas disputas presidenciais demandava a capacidade de penetrar em todas as regiões do país (Limongi; Guarnieri, 2014; Lima Júnior, 1999).

Se Covas não conseguiu atrair para si o empresariado, esse apoio foi disputado por candidatos como Paulo Maluf, Guilherme Afif Domingos e Fernando Collor de Mello, que se colocaram como porta-vozes de projetos de reformas baseados na abertura de espaço para a iniciativa privada. Entre eles, Collor foi o que conseguiu se destacar ao longo de 1989, alcançando a liderança nas intenções de voto medidas pelas pesquisas de opinião e, principalmente, surgindo como um candidato capaz de enfrentar Brizola e Lula. A partir dessa ascensão, sua candidatura experimentou um processo de fortalecimento constante, com a aproximação de grupos econômicos e lideranças políticas de partidos de centro-direita como o PFL, o PDS e o PMDB, o que veio a acentuar o caráter conservador de sua candidatura (Moisés, 1990). Assim, se as forças de esquerda demonstraram sua força desde o início da disputa, colocando lado a lado tradições e inovações surgidas desde 1945, o mesmo se desenvolveu no campo da direita, que colocou em curso sua capacidade de articulação política e de mobilizar as bases eleitorais conservadoras na sociedade brasileira.

O destaque alcançado por Collor durante a campanha presidencial não veio ao acaso, mas foi cuidadosamente construído desde 1987, quando ele estava à frente do estado de Alagoas. Naquele momento, Collor iniciou uma estratégia de adotar ações administrativas tais como a suspensão do pagamento de servidores com altos salários – apelidados de *marajás* –, defendendo-as como atos de moralização da administração pública. De maneira concomitante, o ainda governador de Alagoas também iniciou um

enfrentamento mais direto e agressivo com o governo Sarney, colocando em questão a necessidade de reformas do Estado e da economia em uma direção liberal. Essas ações tiveram grande cobertura da então chamada grande imprensa – como os jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, além da revista *Veja* –, uma vez que os temas alardeados por Collor faziam parte do que a própria mídia identificava como os principais problemas brasileiros. Nessa convergência entre a estratégia do político e a pauta da grande imprensa, que se aprofundou durante a campanha eleitoral, Collor foi ganhando tempo e espaço na mídia e *status* de líder nacional, construindo uma imagem de político corajoso, moralizador e novo, crítico dos vícios tradicionais em meio a um ambiente de insatisfação geral com o mundo político (Lattman-Weltman, 1994 e 2003; Ramos, 1994; Fonseca, 2003).

Essa dinâmica foi reforçada nos primeiros meses de 1989, quando os três partidos que formavam a coligação que apoiava a candidatura à Presidência de Collor requisitaram o tempo de televisão a que cada um tinha direito. Nesses programas e também no HPEG exibido a partir de setembro, buscou-se reforçar a imagem do político jovem, destemido e independente, comprometido com a moralização e a eficiência do Estado – o “caçador de marajás” – e com um projeto de modernidade que apontava para a defesa da livre iniciativa e do individualismo. Se esse projeto ia ao encontro das ideias de importantes setores econômicos e políticos e da grande imprensa, a campanha de Collor buscou estabelecer um diálogo direto também com os segmentos mais pobres da população, chamados por ele de “descamisados”, ainda que de maneira difusa e sem colocá-lo como representante de um grupo específico da população, como os trabalhadores (Singer, 2000; Sento-Sé, 1999; Moisés, 1990).

A notoriedade alcançada por Collor acentuou-se ainda mais diante do fraco desempenho eleitoral de outros candidatos liberais e conservadores. Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, à frente dos dois partidos mais fortes, apresentavam um desempenho pífilo, o que acelerou a transferência do apoio de lideranças regionais ao candidato do PRN. Paulo Maluf e Guilherme Afif Domingos, por sua vez, também não conseguiram ampliar suas bases eleitorais e mostrar fôlego na disputa presidencial. Considerando que, no mesmo momento, a candidatura de Lula ganhava espaço e eleitores,

somando-se à posição de Brizola, o nome de Fernando Collor se fortaleceu como o mais capaz de enfrentar a perspectiva de uma vitória da esquerda. O resultado desse cenário político emergiu a partir de maio, quando Collor alcançou 32% das intenções de voto; em junho, esse índice chegou a 43%. A rápida ascensão de Collor nas pesquisas de opinião tornou-o alvo de um escrutínio dos outros candidatos. Isso fez com que, nas semanas anteriores à votação do primeiro turno, sua força eleitoral diminuísse.

Em fins de outubro, o cenário da disputa presidencial foi abalado pela possibilidade da entrada de um novo e forte candidato, o apresentador de televisão e dono da rede SBT, Silvio Santos. A partir de negociações levadas adiante por membros do governo Sarney e políticos do PFL, aventou-se inicialmente a ideia de renúncia de Aureliano Chaves e sua substituição pelo comunicador. Diante da recusa do primeiro, a candidatura Silvio Santos abrigou-se no PMB com a anuência do pastor evangélico Armando Correa da Silva, até então concorrente à Presidência. A entrada de Silvio Santos na disputa foi medida por uma pesquisa de opinião publicada pelos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, na qual ele surgia como líder das intenções de voto, com Fernando Collor em segundo lugar, seguido por Lula e Brizola. No dia 2 de novembro, o nome de Silvio Santos surgiu pela primeira vez no HPEG, mas a candidatura teve vida curta: no dia 9 de novembro, os juízes do TSE decidiram que ele não poderia concorrer à Presidência da República por ser proprietário de empresa concessionária de serviços públicos e não ter obedecido ao prazo legal de três meses para a desincompatibilização. O próprio PMB acabou por ter sua candidatura suspensa, por irregularidades encontradas no processo de indicação do candidato (Nêumane, 1989).

Assim, a contenda eleitoral retornou ao cenário anterior. Ao final, com 28,6% dos votos, Fernando Collor conquistou uma vaga no segundo turno, ao lado de Lula, com 16,1%. A trajetória dos dois candidatos vitoriosos apresentou alguns aspectos semelhantes. Ambos tiveram uma votação relevante em todas as regiões do país, ainda que suas bases eleitorais apresentassem características distintas. Também demonstraram possuir um enorme carisma pessoal e habilidade midiática, tendo como aliado o marketing político para conectá-los, e a seus projetos de rompimento com o passado, aos eleitores.

Momento inédito na história eleitoral do país, o segundo turno das eleições, entre 16 de novembro e 17 de dezembro, se caracterizou pelo aprofundamento da polarização das forças políticas e ideológicas, concretizada nas alianças feitas por cada candidato. Collor recebeu o apoio do PDS, PFL, PTB, PDC, PL e partes do PMDB; Lula reforçou-se com o PDT, PCB, setores do PSDB e do PMDB. De maneira efetiva, os eleitores que haviam escolhido candidatos liberais ou conservadores no primeiro turno encaminharam-se para o apoio a Collor, enquanto Lula recebeu o voto dos eleitores de esquerda. Os eleitores de centro se dividiram entre os dois nomes (Lima Júnior, 1993; Mainwaring; Meneguello; Power, 2000).

Essa polarização intensificou a mobilização dos militantes petistas, presentes em sucessivas manifestações populares em grandes cidades do país, e o acionar dos recursos financeiros e redes políticas dos partidários de Collor. Algumas mudanças foram implementadas no HPEG e na imagem dos candidatos. A campanha petista procurou suavizar a ideia de Lula como um líder radical, apresentando-o de maneira mais moderada. Ao mesmo tempo, intensificou a divulgação do apoio de artistas de televisão e músicos bastante populares ao seu candidato. A estratégia de Collor foi intensificar suas críticas ao governo Sarney e diferenciar suas propostas, que seriam símbolo da modernidade por defender a reforma do Estado brasileiro em bases liberais, do atraso que seria representado por Lula, estatista, socialista e definido como uma ameaça ao direito de propriedade e aos valores da família brasileira – o que se relacionou com a exibição no HPEG do depoimento de Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula, que o acusou de sugerir um aborto quando esta descobriu-se grávida.

Para José Álvaro Moisés, no contexto da crise dos regimes socialistas no Leste Europeu e da queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, a resposta de Lula ao discurso de Fernando Collor, sobretudo no que se referia às questões relativas às reformas do Estado, foi tímida e titubeante e enfraqueceu-o na reta final. Nesse sentido, o resultado da votação do segundo turno foi decidido no campo eminentemente político e discursivo (Moisés, 1990). É importante, porém, sublinhar a atuação de importantes veículos da mídia para fortalecer a candidatura de Fernando Collor, através da divulgação açodada de notícias que atingiam negativamente a imagem do PT e da exibição de matérias que beneficiavam o candidato do

PRN. Assim, em 17 de dezembro, Fernando Collor foi eleito presidente da República com 49,84% dos votos, contra 44,23% de Lula.

Nesse segundo turno, as escolhas dos eleitores aprofundaram alguns padrões estabelecidos na primeira votação. Tanto Collor quanto Lula reforçaram a sua capacidade de conquistar votos em todas as regiões do Brasil (Limongi; Guarnieri, 2014; Moisés, 1990), ainda que com força diferenciada, como podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 4.1
RESULTADOS DO SEGUNDO TURNO POR REGIÃO
(porcentagens sobre o eleitorado total)

	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte
Eleitorado em números absolutos	13.476.003	37.538.389	5.551.559	21.529.567	3.960.698
% do eleitorado regional/total	16,4	45,7	6,7	26,2	4,8
Collor	40,7	42,8	48,8	41,2	48,4
Lula	43,6	42,0	27,1	32,7	21,0
Branços	1,1	1,0	0,9	1,6	0,9
Nulos	4,0	4,1	2,7	3,5	1,9
Abstenções	10,4	9,8	20,3	20,8	27,5

Fonte: TSE. Adaptada de Moisés (1990).

Apesar de ter sido derrotado no Nordeste, Lula venceu em todas as capitais com exceção de Maceió, o que se repetiu também em outras regiões onde o candidato petista teve desempenho de sucesso em muitas capitais, áreas metropolitanas e cidades maiores. No segundo turno, Collor aumentou sua votação nesses municípios, porém sua força foi maior em áreas do interior, nas cidades menores e no importante estado de São Paulo, como observado nas tabelas a seguir:

Tabela 4.2
O VOTO EM 10 CAPITAIS DE ESTADO DE MAIOR
ELEITORADO NO PAÍS

	Eleitorado	Collor %	Lula %	Branco %	Nulos %	Abstenções %
São Paulo	5.990.716	48,9	37,4	0,8	5,5	7,3
Rio de Janeiro	3.736.716	23,8	64,6	0,5	3,0	7,9
Belo Horizonte	1.260.971	26,5	58,6	0,9	5,2	8,5
Salvador	996.532	20,4	60,5	0,9	6,6	11,4
Brasília	857.330	31,3	52,7	0,6	3,9	11,2
Fortaleza	852.815	31,9	52,0	0,9	3,9	11,1
Porto Alegre	837.498	20,1	66,4	0,7	3,0	7,5
Curitiba	814.891	47,2	37,2	0,7	5,5	9,1
Recife	751.559	28,5	57,1	0,9	3,7	9,6
Belém	571.997	47,5	34,4	0,6	3,1	14,9

Fonte: TSE. Adaptada de Moisés (1990).

Tabela 4.3
RESULTADOS DO 2º TURNO POR TAMANHO DOS
MUNICÍPIOS POR NÚMEROS DE ELEITORES (em %)

Faixas de eleitores	Collor	Lula	Branco	Nulos
Até 50 mil	58,9	35,2	1,8	3,9
50 mil a 100 mil	48,1	45,8	1,3	4,7
100 mil a 200 mil	43,9	50,1	1,1	4,7
200 mil a 500 mil	41,3	52,8	1,0	4,8
500 mil a 1.000.000	33,0	61,0	0,9	5,0
Mais de 1.000.000	40,9	53,1	0,8	5,0

Fonte: TSE. Adaptada de Moisés (1990).

No primeiro turno, a preferência por Collor cresceu de forma contínua conforme o nível de escolaridade diminuía, enquanto Lula se mostrou mais forte entre os setores com maior escolaridade. Uma pesquisa divulgada ainda no mês de novembro de 1989 informava que o candidato do PRN tinha 54,9% de apoio entre os analfabetos, enquanto entre os indivíduos que frequentaram a universidade a porcentagem era de 11,2% (Mainwaring; Meneguello; Power, 2000). Essa tendência apresentou uma alteração no segundo turno, quando Collor recebeu os votos dos eleitores de candidatos a presidente como Paulo Maluf e Afif Domingos, que tinham maior penetração nas classes média e alta do estado de São Paulo (Limongi; Guarnieri, 2014). Ainda assim, Lula se destacou entre os eleitores com maior escolaridade e renda, como demonstrado a seguir:

Tabela 4.4
INTENÇÃO DE VOTO QUATRO DIAS ANTES DO
2º TURNO POR RENDA E ESCOLARIDADE
(em porcentagens)

Candidatos	Renda familiar (S. M.)			Escolaridade			
	Total	Até 5	De 5 a 10	+ de 10	Fund.	E. M.	Superior
Collor de Mello	46,0	48,0	40,0	39,0	51,0	36,0	32,0
Lula da Silva	45,0	44,0	52,0	54,0	41,0	56,0	54,0
Branco/nulos	3,0	2,0	5,0	4,0	2,0	4,0	10,0
Indecisos	6,0	6,0	3,0	3,0	6,0	4,0	4,0

Fonte: Adaptada de Moisés (1990).

Ao fim de um ano intenso, em uma sociedade que se envolveu profunda e cotidianamente com as questões políticas e os projetos para o Brasil, Fernando Collor de Mello venceu a eleição presidencial à frente de um projeto de cunho liberal apoiado por importantes forças políticas, especialmente de centro-direita, e sociais, como empresários e proprietários de terra.

Percepções e projeções: as eleições, o governo e a democracia

Para os 82 milhões de brasileiros que puderam escolher, pela primeira vez em 29 anos, quem será o futuro presidente da República, a sucessão de 1989 ficará na História como a mais democrática de todas as já realizadas no país – em nenhuma delas a liberdade foi tão ampla, em nenhuma a participação foi tão grande (*Veja*, n. 1.110, 24 de dezembro de 1989).

A hora do voto, a 17 de dezembro: principal arquiteto da sua candidatura desde o início da campanha, Fernando Collor de Mello confirma o favoritismo, vence nas urnas de quase todos os Estados e torna-se protagonista da mais espetacular carreira política da história eleitoral do país (*Veja*, n. 1.110, 24 de dezembro de 1989).

Esses dois trechos dão ideia do tom grandiloquente adotado pela revista *Veja* ao cobrir o triunfo eleitoral do então chamado “fenômeno Collor”. Na reportagem, intitulada “Collor chega à praia”, o presidente eleito é apresentado como o mais espetacular caso de *self-made-man* da política brasileira.

Com um ímpeto que, até agora, só se via no mundo dos negócios [...], Collor é aquele político que, em termos nacionais, saiu do nada para se tornar proprietário do mais cobiçado troféu eleitoral do país desde que o presidente Geisel iniciou a abertura política em 1975 (*Veja*, n. 1.110, 24 de dezembro de 1989).

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, optou por registrar de forma bem mais discreta a vitória do ex-governador alagoano. Em editorial intitulado “Depois da Festa”, publicado no dia 18 de dezembro, quando já se desenhava o triunfo de Collor, o periódico carioca, sem deixar de registrar a importância histórica do pleito eleitoral, enviou recado direto ao vitorioso sobre os enormes desafios que o país tinha pela frente, particularmente no plano social.

O ciclo eleitoral representou um enorme encontro com a realidade – antes de tudo com a realidade da pobreza. E o novo governo está obrigado, sob pena de morte inglória, a realizar um programa prioritário de *incorporação da cidadania* – a cidadania que apareceu dispersa em milhões de votos.

E conclui:

Estamos em um verdadeiro fim de linha. Esgota-se por completo a concepção de que um país pode ser moderno em alguns setores e atrasado em outros. [...] Criar um país que não exiba essas fraturas colossais é a missão inadiável de todos os presidentes eleitos a partir de agora – a começar por aquele cujo perfil as urnas estão desenhando.¹¹

Carlos Castello Branco, à época o mais importante jornalista político do país, chamou atenção em sua tradicional coluna no *JB* sobre um aspecto chave e ainda pouco mencionado pelos analistas: a mudança de guarda geracional que a eleição propiciara. Castelinho registrou:

Não se deve esquecer que de um lado e outro há gente nova empurrando a porta. Ainda mal se ouvem esses nomes mas eles estão destinados a nos encherem os olhos e os ouvidos a partir de amanhã. Pelo menos alguma coisa muda. Mudam pessoas, pois uma nova geração está batendo às portas para dizer que ela também tem o direito (e o dever, é claro) de salvar a pátria.¹²

Os principais veículos de comunicação do país, cada qual a seu modo, fecharam com o presidente eleito. Collor, afinal, cumpriu a “nobre missão” de barrar a vitória eleitoral da esquerda socialista. O noticiário da grande imprensa, ultimada a fase de elogios aos vencedores, mais ou menos discretos, foi logo deslocado para a agenda de problemas que deveria ser enfrentada pelo novo governo. Na esteira da “festa democrática”, o “tempo da política” cedeu lugar nas páginas dos jornais aos temas considerados urgentes – o combate à inflação e à corrupção e a adoção de uma política radical de modernização do país rumo ao “primeiro mundo”.

O PT, como era de se supor, não deixou de veicular sua versão a respeito dos resultados eleitorais e das causas que contribuíram para a derrota no segundo turno. Para tal, a direção nacional do partido produziu um documento de avaliação que divulgou junto aos filiados e ao público em geral ao fim de janeiro de 1990. Nele, foram apontadas causas conjunturais e estruturais para o triunfo eleitoral de Collor.¹³ Quanto ao primeiro conjunto, estão registrados fatores como: falhas da estrutura partidária e da direção de campanha em

marcar presença nas pequenas cidades e junto ao eleitorado de baixa renda, além da falta de jornal de circulação nacional e de um melhor uso do rádio na campanha; teria havido a subestimação do papel do anticomunismo, assim como faltara uma resposta mais articulada à campanha de acusações dos adversários de que o partido iria expropriar a propriedade individual do adversário, confiscar a poupança e nacionalizar a economia; o mesmo a dizer quanto à incapacidade do partido de capitalizar o que vinha ocorrendo na Europa Oriental com a debacle do “socialismo real”,¹⁴ no que seria corroborado por cientistas políticos como Moisés (1990). Registrou o documento:

Nosso partido nasceu sob o signo do socialismo democrático e do repúdio ao stalinismo e ao socialismo burocrático. [...] Sempre defendemos as liberdades e os direitos políticos e civis e foi por isso mesmo que nos opusemos firmemente à repressão dos novos mandarins de Pequim. As mudanças na Europa Oriental e na URSS deveriam ter sido expostas na campanha e especialmente na TV como uma verdadeira revolução popular, com todo o apoio do PT e da FBP. [...] Não nos apresentamos com nitidez para a classe trabalhadora com relação a que tipo de socialismo defendemos para o Brasil.¹⁵

Quanto a esse último ponto, também acima mencionado, há de se registrar que, até então, o PT sempre veiculara o discurso de que buscava construir um socialismo na prática, sem quaisquer compromissos com modelos externos. Mas, afinal, que socialismo era esse? O certo é que não havia qualquer consenso sobre essa discussão no partido nem junto aos seus aliados eleitorais – o PCdoB e o PSB. Em razão disso, o tema foi estrategicamente contornado nessa e em várias outras vezes na história da agremiação (Costa, 2009).

A avaliação política mais importante desse documento diz respeito às chamadas causas estruturais. Nessa seção, a direção da agremiação tocou no principal problema, a saber: a capacidade do adversário de se colocar como candidato voltado para combater os desmandos das elites políticas e econômicas e em defesa dos desprotegidos. Segundo os analistas do PT,

para preservar o eleitorado das classes C, D e E e do interior, Collor combinava a adesão conservadora da classe média com o voto do povão, explorando os preconceitos de classe contra Lula e os medos da classe

média. Na base do anticomunismo, da exploração da religiosidade e de sentimentos nacionais inconscientes – a imagem da bandeira nacional – somava a maioria do eleitorado conservador do país e criava as condições para unificar em torno de si, no 2º turno, a direita e todos os setores sociais temerosos da esquerda.

Portanto, o desafio estratégico para o partido e para as esquerdas estava posto: o de tomar para si a conquista desse amplo eleitorado popular, o chamado “povão”.

Pouco tempo depois, em fevereiro de 1990, Lula corroborou essa tese em longa entrevista que concedeu a jornalistas e membros do partido. Afirmou o líder petista:

Eu acho que a gente não conseguiu ter uma linguagem para este setor mais vulnerável da sociedade, a gente não conseguiu penetrar nesta camada do jeito que deveríamos. [...] A minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário mínimo. [...] Nós temos que ir para a periferia, onde estão milhões que se deixam seduzir pela promessa fácil de casa e comida. [...] A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade.¹⁶

Fechado o ciclo eleitoral, teve início também o debate acadêmico sobre os resultados do pleito e sobre os rumos futuros da democracia brasileira. Como explicar o comportamento do eleitor na vitória de Collor de Mello? Que variáveis contribuíram para tal? Como um presidente eleito por uma estrutura política e partidária tão frágil reuniria condições de governo? O caminho seria um governo de cunho pessoal que passaria a atuar à revelia do sistema político? Collor não poderia exacerbar tendências “bonapartistas” típicas do presidencialismo? Qual seria o ponto de equilíbrio de um sistema político dividido em quase trinta agremiações partidárias?

Tratemos aqui de situar brevemente os termos desse debate que iria se prolongar por toda a década de 1990 e teve como principal foco o estudo da higidez e da funcionalidade do sistema presidencialista brasileiro. Como ponto de partida, fiquemos com alguns estudos que foram escritos logo em

seguida às eleições presidenciais e à posse do novo governo e que situaram o pleito de 1989 no âmbito da construção democrática brasileira.

Bolívar Lamounier, em ensaio publicado em 1990, compôs um quadro positivo quanto ao papel da eleição para a democratização brasileira. Segundo ele, são duas as condições cruciais para a instauração da democracia: o reconhecimento da legitimidade do adversário e a ampliação do corpo de votantes até um determinado limite no qual não haja discriminações. Portanto, “à luz destes critérios, [...] o Brasil parece ter ultrapassado um limiar significativo, com a Constituinte de 1987-1988 e a eleição presidencial de 1989” (Lamounier, 1990, p. 30).

E quanto ao futuro do governo Collor e do país? A esse respeito, o autor se mostrava cauteloso e mesmo ambíguo. Segundo ele, o presidente eleito adotou na campanha um nível de agressividade que criou sérios embaraços para permitir o diálogo com a oposição de esquerda. Além disso, Collor, ao apresentar-se como um candidato sem quaisquer compromissos seja com estruturas políticas, seja com entidades sociais corporativas, tratara de acentuar “até o limite o caráter ‘carismático’ do processo sucessório presidencialista, com tudo o que isso significa de positivo e negativo para a governabilidade”. E vaticinou:

Se o plano econômico tiver nos próximos anos um êxito comensurável à audácia das primeiras medidas, boa parte do crédito deverá ser dada à independência que a eleição conferiu ao executivo; na hipótese de fracasso rotundo, a autoridade do presidente poderá sofrer deflação aguda, com efeitos desestabilizadores sobre todo o sistema político (Lamounier, p. 29).

Mais adiante, ao conjecturar sobre o futuro da democracia no país, Lamounier apresentou um perfil mais compreensivo do novo mandatário da nação. Segundo ele, o mundo vivia anos de “mudanças portentosas – de verdadeiras revoluções, mas revoluções com sinal extraordinariamente positivo, inseridas numa moldura otimista, vistas com o fim de sistemas economicamente ineficientes e politicamente sufocantes”. E concluiu para justificar a eleição de Collor:

Seria pois inconcebível que o voto de 82 milhões de eleitores conduzisse ao palácio do Planalto outro governo rotineiro e timorato. Terá essa imensa carga de expectativas [...] o poder de impulsionar tamanha reestruturação econômica e cultural, nas atuais condições brasileiras? É cedo para dizer. O enredo parece grandioso; vejamos, até 1994, como se sai o elenco (Lamounier, p. 34).

André Singer examinou o quadro político produzido pelas eleições presidenciais sob outra perspectiva. Para ele, as análises que até então vinham sendo feitas em torno da transição política brasileira eram norteadas por concepções que consideravam o sistema político-partidário brasileiro em fase de consolidação, cujo epicentro seria o PMDB. Tendo como pano de fundo o desenvolvimento do capitalismo no país, essas análises imaginavam que “uma classe operária à maneira europeia iria disputar espaços políticos com um empresariado moderno, ambos representados por partidos organizados e com razoável coerência ideológica” (Singer, 1990b, p. 150). A melhor prova disso seria o advento do PT, “um partido marcadamente classista, até por oposição explícita às práticas populistas do passado, que procuravam diluir as diferenças de classe” (Singer, 1990b, p. 150). Em suma: o velho populismo tinha sido varrido de vez.

Para Singer, o triunfo de Collor colocou em xeque todo esse aparato analítico, dado que fora eleito um candidato que furara o bloqueio dos grandes partidos, vindo a obter o apoio de grandes contingentes do voto popular, boa parte deles antes dirigidos para o PMDB ou para outras importantes legendas. Para isso, valeu-se da retórica e das práticas típicas do populismo latino-americano, tais como:

- 1) ligação direta entre líder e massas, sem necessidade de canal partidário;
- 2) discurso do confronto contra “inimigos do povo” sem identidade de classe (chamem-se marajás, corruptos, ricos ou imperialistas);
- 3) forte apelo e aceitação entre os muito pobres (Singer, 1990b, p. 151).

Singer, em seu estudo, registrou também que as condições institucionais que ordenaram o pleito – “eleição solteira”, na qual conta menos a presença da máquina partidária e mais a figura do candidato, e a lógica da

competição em dois turnos, a qual favorece a polarização – podem ter contribuído para a reemergência circunstancial do “populismo”, ainda que sob novas roupagens. Independentemente de se tratar de um fenômeno passageiro ou duradouro, o autor propôs que o uso da noção de “populismo” fosse retomado para fins analíticos, “em face dos problemas colocados por uma democracia renascente, cuja *estrutura partidária se pulverizou* e na qual as ‘massas em disponibilidade’ [grifos nossos] da qual se falava nos anos 1960 continuavam disponíveis e capazes de eleger um presidente” (Singer, 1990b, p. 152). Examinando a geografia eleitoral do voto em São Paulo, Singer concluiu que Collor acionou uma estratégia capaz de conquistar o voto dos mais excluídos e menos escolarizados – as chamadas “massas em disponibilidade”. Segundo ele, esses segmentos marginalizados, até então mais identificados com a legenda do PMDB, terminaram por se mobilizar em torno de um personagem individual, um líder carismático. Portanto, também aqui está presente um dos pilares do “populismo”: as “massas” se comportando como mero objeto da ação de líderes políticos personalistas.

Essas últimas proposições de Singer nos servirão de roteiro para dar termo a este trabalho. Como se pode observar, Singer se mostra menos ambíguo do que Lamounier quanto à análise do “fenômeno” Collor, uma vez que o identifica explicitamente com práticas vistas como ultrapassadas. As eleições mostraram, para surpresa de muitos, a face conservadora da política e da sociedade brasileiras. Daí, em razão desse diagnóstico sombrio, a pergunta subjacente ser clara: como construir um sistema político moderno que consolide nossa democracia? Singer não estaria sozinho nessa empreitada analítica e política. Vejamos.

Na década de 1990, como propôs Singer, vários analistas retomaram o uso da noção “populista” ou partiram para incursões em torno do chamado “neopopulismo”, seja por meio de abordagens tributárias da filosofia política (Chauí, 1994), seja pela sociologia política (Saes, 1994). O objetivo era o de buscar dar conta da eleição de líderes personalistas – como Collor, Fujimori (Peru) e Menem (Argentina) – que pautaram seus governos em políticas neoliberais radicais. Já nas décadas seguintes, o quadro analítico mudou novamente, com a chegada ao poder de líderes políticos que fugiram bastante desse perfil – tais como Lula, Evo Morales (Bolívia) e José

Mujica (Uruguai). Com isso, uma vez mais, o conceito chave saiu de cena, imergiu, e lá tem permanecido como instrumental analítico, ainda que permaneça como arma política que costuma ser utilizada pelos liberais contra as esquerdas.

Em movimento contrário ao de outros analistas, posteriormente Singer deixou de mobilizar esse aparato analítico em seus novos trabalhos acadêmicos acerca do comportamento eleitoral dos brasileiros. Em sua tese de doutorado, publicada em 2000, o foco se deslocou para melhor compreender os diferentes aspectos de identificação do eleitor com candidatos e partidos. Assegurando agência aos eleitores, mesmo os excluídos e pouco escolarizados, o autor se livrou da noção de “massas disponíveis” para construir um argumento em torno do qual, nas eleições presidenciais de 1989 e 1994, os eleitores foram amplamente motivados por razões de ordem ideológica. E mais: o voto popular apresentava claro viés conservador (Singer, 2000). Em trabalhos posteriores, Singer deu prosseguimento à construção mais elaborada desse argumento com vistas a explicar o voto popular em Lula nas eleições presidenciais de 2002 e 2006 (*idem*, 2012).

O terceiro ponto aludido por Singer em seu artigo de 1990 disse respeito ao fenômeno da pulverização partidária, vista pelo autor como um dos elementos que contribuíram para dar vazão ao surgimento de candidatos e práticas “populistas”. Vários outros autores, por caminhos diferentes, também sublinharam esse aspecto quanto aos problemas relativos ao fluido sistema partidário brasileiro tendo em vista o processo de consolidação da nossa democracia. Olavo Brasil de Lima Júnior, por exemplo, via a questão dos partidos no âmbito de um problema bem maior e mais profundo: o da crise do sistema de representação no país. Registra o autor:

Reverendo sinais do passado recente, advindos do eleitorado, do Legislativo e da opinião pública de maneira geral, parece estar ocorrendo um processo de generalização do descrédito e um estado de ausência de valores e de eixos na política, que passam do plano micro – do eleitor – para o institucional – partido, Legislativo, Executivo –, e que vêm reforçar o processo de deterioração da representação política (Lima Júnior, 1993, p. 28).

Juan Linz e Alfred Stepan, em estudo sobre o advento das novas democracias do Sul da Europa e da América do Sul, foram mais longe e radicalizaram o argumento de Lima Júnior quanto à situação política brasileira nos anos que se seguiram às eleições de 1989. Para eles, o Brasil era um caso de “transição democrática cerceada”, haja vista, entre outros problemas, a influência ainda decisiva de militares e de forças não democráticas na condução dos rumos do país (Linz; Stepan, 1999, pp. 203-204). E mais: asseveraram que a combinação de fragilidades nos campos constitucional, político e econômico – a par de uma postura ambivalente da sociedade brasileira perante a democracia – criava inúmeros problemas para a consolidação da democracia no país. Linz e Stepan foram peremptórios: “o Brasil é um caso de democracia não consolidada” (Linz; Stepan, p. 224). Em linguagem direta, isso significava que havia riscos concretos de colapso da democracia no Brasil.

Esses diagnósticos e prognósticos pessimistas cobriram toda a década de 1990 e podem ser vistos como uma das principais marcas dos estudos políticos daquele período. A receita apresentada por vários desses estudos variava pouco e girava em torno da defesa de uma reforma política que fosse capaz de mitigar os inúmeros problemas do nosso sistema presidencialista. Para tal, propunham, entre outras medidas, a introdução de mecanismos que reduzissem o número de atores políticos com vistas a assegurar a necessária “governabilidade”. Havia também os que, no limite, propugnavam pela implantação de um sistema parlamentarista no país.

Dois processos interligados iriam contribuir para mudar em parte o rumo dessa prosa. O primeiro deles disse respeito à capacidade de adaptação do sistema político em enfrentar com sucesso a crise que resultou no *impeachment* do presidente Collor, em 1992. Em 1994, menos de dois anos depois do afastamento de Collor, as eleições presidenciais foram realizadas normalmente, sem maiores percalços. *Pari passu*, o novo governo deu seguimento a um conjunto de políticas econômico-financeiras que reduziram as ameaças de hiperinflação e de insolvência do país. Em suma: algo deveria estar funcionando no nosso sistema presidencialista. Nesse contexto, não por acaso, começaram a ser publicados textos menos interessados em vaticínios ou coisa que o valha e mais preocupados

em ver como o sistema político era operado e operava. Três deles, entre outros, devem ser citados pelo impacto produzido no campo dos estudos políticos: *Executivo e Legislativo na nova Ordem Constitucional*, de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999), *Décadas de espanto e uma apologia democrática* (1998) e *Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social* (2006), ambos de Wanderley Guilherme dos Santos.

Figueiredo e Limongi, em suas pesquisas sobre a produção legislativa federal, chegaram à conclusão de que, ao contrário do que se supunha, o grande número de partidos com representação na Câmara dos Deputados não era sinônimo de bloqueio da ação governamental ou imprevisibilidade política. Isso porque, entre outras razões, havia controle efetivo do poder de agenda da Câmara pela Mesa Diretora e pelo Colégio de Líderes, formado por representantes de todos os partidos. Além disso, os parlamentares, em ampla maioria, seguiam a orientação dos líderes partidários, fazendo com que fossem baixos os índices de infidelidade. Ou seja, havia alguma unidade de ação em meio à diversidade. Sublinharam os autores:

Os partidos políticos não são peças de ficção. A filiação partidária nos diz muito a respeito do voto provável do parlamentar. As votações costumam dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda. Além disso, há uma centro-direita e uma centro-esquerda. Dito de outra maneira: o que temos é uma alta fragmentação nominal a esconder uma baixa fragmentação real (Figueiredo; Limongi, 1999, p. 93).

Wanderley Guilherme dos Santos, fiel ao seu estilo ofensivo, desferiu críticas frontais às proposições dos que defendiam promover alterações substantivas no sistema político brasileiro com vistas a torná-lo menos sujeito às crises e à instabilidade. O pano de fundo das críticas de Santos é o seguinte: o Brasil, nas últimas décadas, havia se transformado e começava a fincar as bases de um regime democrático. Entre 1960 e 1980, registra o autor,

criaram-se quase 50% de todos os sindicatos urbanos existentes no país, desde o início da República; a escala correspondente aos sindicatos rurais é de 96%. A recuperação democrática revelava novos agentes – o sindicalismo e os movimentos rurais, ora estigmatizados pelo governo e pelos órgãos de comunicação. Além disso, também surgiram as associações profissionais, as associações de interesses empresariais e intensificou-se o alargamento da participação eleitora (Santos, 1998, p. 116).

Para o autor, a vaga reformista tinha inspiração oligárquica e endereço certo: conter a onda democratizante que fora avalizada e potencializada na carta constitucional de 1988 e nas eleições presidenciais de 1989. Assevera Santos: “Personagens esquizoides, as elites nacionais são a favor da expansão material do país, mas contra suas consequências inevitáveis: ações organizadas nos campos e nas cidades, mobilização eleitoral e participação política alargada” (Santos, 1998, p. 116).

Em *Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social* (2006), Santos propôs deslocar o debate acadêmico-político para outro patamar. Segundo ele, na primeira década dos anos 2000 o Brasil já havia ingressado no universo da política representativa e da universalização de direitos. A questão chave, para o autor, era outra

a incongruência entre as explosões eleitorais, associativas e de agitação parlamentar, tudo convergindo para manifestações de insatisfação poliárquica e a reduzida mobilização da mesma energia a fim de diminuir a frequência das instabilidades ou estabilidades dissipativas (Santos, 2006, p. 118).

E conclui:

Com taxas, dinâmicas eleitorais e organizacionais bem inferiores às do Brasil contemporâneo, as atuais democracias ricas foram capazes de superar, no passado, grande parte dos desequilíbrios improdutivos de que eram vítimas. O que tem impedido o Brasil de atravessar a mesma passarela? (Santos, 2006, p. 118).

Palavras finais

Dois rituais cívicos complementares, realizados no espaço de pouco mais de ano, marcaram a história contemporânea do Brasil: a promulgação da carta constitucional que pôs termo ao regime de exceção e a celebração eleitoral que consagrou o nome do novo dirigente máximo do país. Enquanto o primeiro expressava o compromisso formal das elites políticas com a construção de uma ordem assentada em bases democráticas, o segundo era a prova cabal de que caberia ao voto o papel legitimador dessa nova ordem.

A carta constitucional de 1988, malgrado as críticas dos que apontam para o papel superdimensionado dos militares no novo regime, veio a produzir importantes (e duradouras) novidades no sistema político brasileiro, seja ao mirar a equipotência dos poderes, seja na expansão dos direitos dos cidadãos, seja também em assegurar ampla liberdade aos atores políticos. Foi, portanto, nesse clima aberto e liberal que foram montadas e realizadas as eleições presidenciais de 1989. Dada a crise governamental – que atingiu em cheio as candidaturas tidas pelo eleitor como oficiais –, o campo político eleitoral esteve aberto, como poucas vezes na história eleitoral brasileira. O componente da incerteza, típico das democracias, como aponta Przeworski, falou bem alto naquele pleito. O resultado foi o que se viu – dois candidatos de partidos de menor expressão disputando a cadeira presidencial.

Passado o teste eleitoral e a “prova de fogo” do *impeachment*, o debate no campo político-acadêmico deslocou-se para compreender – e também neutralizar – a instabilidade congênita do sistema político. No vocabulário corrente ganharam fôlego expressões como “governabilidade”, “sustentabilidade”, “consolidação democrática”. Por paradoxal que isso possa parecer, nossa democracia surgira condenada. Aos poucos, porém, esse diagnóstico negativo foi se esvaindo e o país saiu da condição de “caso perdido”.

Notas

1. Para um estudo de conjunto sobre os debates na Constituinte e sobre o contexto da aprovação do mandato de cinco anos de José Sarney, conferir Rocha (2013, pp. 69-73). Ver também Lamounier (1990, pp. 22-23).

2. A Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985, abriu caminho para a criação de novos partidos políticos. À esquerda, puderam obter legenda o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). À direita e ao centro, foram formados o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Liberal (PL) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Conferir Fleischer (2007, p. 314).
3. No âmbito do processo constituinte, foram formados vários partidos, entre os quais o Partido da Juventude (PJ), mais tarde incorporado ao Partido da Renovação Nacional (PRN); o Partido Trabalhista Renovador (PTR); e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), importante dissidência do PMDB. Conferir Fleischer (2007, p. 314).
4. Conferir texto da lei em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7773.htm>. Acesso 2 abr. 2017.
5. Conferir vetos presidenciais em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/Msg/VepL7773-89.pdf>. Acesso 2 abr. 2017.
6. *Idem*.
7. Não foi possível identificar a data de nascimento de cinco candidatos.
8. As informações acerca da trajetória partidária e eleitoral dos candidatos foram obtidas nos portais da Câmara dos Deputados <<http://www2.camara.leg.br/>> e Senado Federal <<http://www12.senado.leg.br/hpsenado>> e em ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.) (2001). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. 2ª ed. revista e atualizada.
9. Sobre esse tema, ver o documentário *Arquitetos do poder*, de Vicente Ferraz; Alessandra Aldé, de 2010.
10. Depoimento no documentário *Arquitetos do poder*.
11. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18/12/1989, Editorial, p. 10.
12. *Idem*, 17/12/1989, Coluna do Castello, p. 2.
13. Conferir documento de avaliação da campanha presidencial de 1989 em *Perseu*. *Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*, n. 8, ano 6, 2012, pp. 215-220.
14. *Idem*, p. 218.
15. *Ibidem*.
16. Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva. In Singer, André (org.) (1990a). *Sem medo de ser feliz. Cenas da campanha*. São Paulo: Scritta Oficina Editorial, pp. 98-99.

Bibliografia

- Avelar, Lúcia. 1992. "As eleições na era da televisão". *Revista de Administração de empresas*. São Paulo, v. 32, n. 4, pp. 42-57, set./out.
- Carvalho, José Murilo de. 1998. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG.
- Chauí, Marilena. 1994. "Razões teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados". In Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Costa, Izabel Cristina Gomes da. 2009. *Em busca do paradigma perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real*. Niterói, programa de pós-graduação em História da UFF (Tese de doutorado).
- Figueiredo, Argelina; Limongi, Fernando. 1999. *Executivo e Legislativo na nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV.
- Fleischer, David. 2007. "Os partidos políticos". In Avelar, Lucia; Cintra, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Unesp.
- Fonseca, Francisco. 2003. "Grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na 'Nova República'". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 31.
- Kuschnir, Karina. 2007. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lamounier, Bolívar (org.). 1990. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: IDESP/ Editora Sumaré.
- Lattman-Weltman, Fernando. 1994. "A gestação do 'fenômeno Collor': de uma eleição a outra". In Lattman-Weltman, Fernando; Ramos, Plínio de Arruda; Carneiro, José Alan Dias. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- . 2003. "Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil". In Abreu, Alzira Alves de; Lattman-Weltman, Fernando; Kornis, Mônica. *Mídia e política: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV.
- Lima Júnior, Olavo Brasil de. 1993. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola.
- . 1999. "Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, jun.
- Limongi, Fernando; Guarnieri, Fernando. 2014. "A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização". *Novos Estudos Cebrap* 99, v. 33, n. 2, jul.

- Linz, Juan; Stepan, Alfred. 1999. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mainwaring, Scott; Meneguello, Rachel; Power, Timothy. 2000. *Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra.
- Moisés, José Álvaro. 1990. "Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades". *Lua Nova*, n. 22, dez.
- Motta, Marly. 2008. "O projeto político: a presidência da República". In Ferreira, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj/CPDOC-FGV.
- Nêumane, José. 1989. *Atrás do palanque: bastidores da eleição de 1989*. São Paulo: Siciliano.
- Nicolau, Jairo. 1996. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro: FGV.
- Palmeira, Moacir; Heredia, Beatriz. 1995. "Os comícios e a política de facções". *Anuário Antropológico 94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Przeworski, Adam. 1994. *Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Ramos, Plínio de Abreu. 1994. Introdução. In Lattman-Weltman, Fernando, Ramos, Plínio de Arruda; Carneiro, José Alan Dias. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Reis, Daniel Aarão. 2007. "O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfose, perspectivas". In Ferreira, Jorge; Reis, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Col. Esquerdas no Brasil, v. 3).
- Rocha, Antônio Sérgio. 2013. "Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democratização". *Lua Nova*, São Paulo, n. 88.
- Saes, Décio Azevedo Marques de. 1994. "A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina". In Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. 1998. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____. 2006. *Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro: FGV.
- Sento-Sé, João Trajano. 1999. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: FGV.
- Singer, André (1990b). "Collor na periferia: a volta por cima do populismo?" In Lamounier, Bolívar. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Idesp/Sumaré, pp. 135-152.

- _____. (org.). 1990a. *Sem medo de ser feliz. Cenas da campanha*. São Paulo: Scritta Oficina Editorial.
- _____. 2000. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- _____. 2012. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.